

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – S.O.S. DE PRESIDENTE PRUDENTE: AMPLIANDO A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA E COMUNIDADE ABRINDO UM CANAL PARA FORTALECER SENTIMENTOS DE PERTENCIMENTO

Ivani Soares de PINHO¹
Sílvia MANFRIM²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão sobre o processo de reordenamento e organização da gestão atual do Projeto “Espaço Amigo” na Associação Serviço de Obras Sociais – S.O.S., com a pretensão de elaborar uma gestão inovadora que possibilite e estabeleça uma direção fundamentada no planejamento estratégico oficial dos serviços de convivência e vínculos e atrelar a este planejamento a construção de um novo planejamento estratégico para ampliar a participação da família e comunidade, assim possibilitar a criação de um canal para fortalecer sentimentos de pertencimento nos usuários, suas famílias e toda a comunidade. Para isso apresenta-se um breve contexto e conceito de planejamento, o planejamento estratégico utilizado na Associação e busca-se trazer como eixo central da discussão a mudança deste, dentro de um projeto de intervenção com a intencionalidade de construir respostas profissionais sustentáveis.

Palavras-chave: Planejamento, Planejamento Estratégico, Comunidade, Mobilização, Pertencimento

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem a finalidade de fazer uma reflexão sobre o trabalho do profissional Assistente Social do Serviço de Obras Sociais – S.O.S. na cidade de Presidente Prudente que está fundamentado em um planejamento estratégico. O estudo da situação busca desvelar as expressões da questão social que permeia as relações dentro da instituição³ pois se sabe que intrinsecamente as

¹ Discente do 4º ano do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. E-mail: vanisopinho@hotmail.com

² Docente do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. E-mail: silviamanfrim@toledoprudente.edu.br

³ Textos extraídos do material de estudo, textos didáticos utilizado em sala de aula, conteúdo trabalhado na disciplina de Processo de Trabalho no Serviço Social, com a professora Valderes Maria Romera.

instituições estão caracterizadas como estruturas culturais, baseadas em um conjunto de ideologia, ideias, normas, valores, práticas, princípios e outras características que vão se materializar nas organizações, assim esse conjunto de ideologia são objetivadas, realizadas e internalizadas no trabalho do dia-a-dia do profissional.

O trabalho será composto inicialmente pelo conceito de planejamento. Para fundamentar melhor o trabalho, ainda no segundo capítulo discorre sobre a instituição e seu planejamento estratégico, o perfil das Crianças/ Adolescentes do Projeto Espaço Amigo que se constitui no amplo, para demonstrar qual é o sujeito atendido pela Instituição, e ainda neste capítulo com a pretensão de aprimorar o entendimento, elabora-se um quadro sobre a Tificação X Reordenamento.

No terceiro capítulo apresenta-se reflexões sobre a ação profissional que está pautada na divulgação e mobilização como resposta para o processo de ampliação da participação da família e comunidade, desse modo, abrindo um canal para fortalecer sentimentos de pertencimento dos sujeitos atendidos e a comunidade daquele determinado território.

E por fim, segue as considerações finais.

Para a construção deste trabalho acadêmico foi realizado uma busca histórica, portanto a técnica utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, pesquisa eletrônica, legislação vigente, cartilhas e outros.

2 PLANEJAMENTO

O planejamento, é uma ação que se dá na medida em que as pessoas determinam algum objetivo, assim com a intencionalidade de chegar no alvo fazem um planejamento. Para Chiavenato (1994), as empresas não funcionam de forma improvisada, tudo que ocorre dentro da empresa deve ser planejado, assim há necessidade das empresas decidirem previamente o que desejam e pretendem e o que deve ser feito para execução e sucesso de suas pretensões, de acordo com o mesmo autor (1994, p.17)

[...] o *planejamento* é um fato muito comum em nossas vidas. A todo momento estamos planejando nosso comportamento em relação a certos objetivos. Quando pretendemos ir a algum lugar, planejamos antecipadamente qual o melhor percurso a ser percorrido. Qualquer viagem envolve algum *planejamento*. As donas de casa planejam constantemente seu dia-a-dia, as refeições da família etc. Assim, o planejamento é uma decorrência natural do comportamento das pessoas. Nas empresas, o planejamento é uma necessidade imperiosa: uma vez definido algum objetivo, o planejamento constitui a melhor maneira de chegar lá.

Planejamento é uma função intrínseca do processo administrativo, ele é produzido primeiro, antes da realização de qualquer atividade, ele circunscreve e determina antecipadamente os objetivos pretendidos e revela quais serão os meios para atingí-los de forma apropriada. Segundo Chiavenato (1994, p. 18) “ o planejamento é a diferença entre a situação atual e uma situação almejada como objetivo. O planejamento sempre visa a uma ação futura.”

Com a formação ou elaboração do planejamento é possível executar as ações de forma organizada, possibilitando que haja uma direção e controle das atividades na organização, salientando sempre os objetivos a serem atingidos, considerado como uma ferramenta de extrema importância e relevância, pois é através do planejamento que podemos visualizar e fazer projeções para o futuro, sem ele, na gestão não é possível ter um direcionamento, a sua elaboração é vital, e na ausência do planejamento ações como organizar, dirigir e controlar perdem todo o seu efeito. Ele está centrado na racionalidade na tomada de decisões para chegar nos objetivos propostos.

Existem dois princípios que norteiam o planejamento:

- a. Princípio da Definição do Objetivo [...] o objetivo deve ser definido de forma clara e concisa, para que o planejamento seja adequado. O planejamento é feito em função do objetivo que se pretende atingir. Como a finalidade do planejamento é determinar como o objetivo deverá ser alcançado, se o objetivo deverá ser alcançado, se o objetivo não for claramente definido, o planejamento será muito vago e dispersivo.
- b. Princípio da flexibilidade do planejamento [...] o planejamento deve ser flexível e elástico a fim de poder se adaptar a situações imprevistas. Como o planejamento se refere ao futuro, a sua execução deve permitir uma certa flexibilidade a situações futuras que podem sofrer alterações imprevistas no decorrer do tempo. (Chiavenato (1994, p. 21).

Desse modo, ressalta-se a importância do planejamento para a gestão do profissional assistente social, uma vez que todo trabalho requer e exige a capacidade de projeção, um trabalho especializado e complexo exigindo um conhecimento para a busca da finalidade e é composto pela prévia ideação,

capacidade teleológica para chegar no produto, assim, todo trabalho é desenvolvido baseado no desafio de como o profissional organiza-se dentro das instituições. A matéria-prima do Serviço Social é o objeto de intervenção, portanto compreende-se que ele fará uma prévia ideação a partir da finalidade e do objeto de intervenção.

2.1 A Instituição

Organizações são locos, onde desenvolve o trabalho do Assistente Social, esses locos são caracterizados como um condicionante que oferece e oferta os insumos necessários, ela está na realidade social na qual nós encontramos nossa demanda, fazendo parte dos elementos que constitui o conjunto da realidade social daquela determinada instituição. O trabalho acontece na instituição, que são múltiplas, diversas e complexas e normalmente elas portam meios, recursos e outros elementos que compõem o trabalho do assistente social.

Uma organização é representada por sua cultura, e quando eu olhar para uma instituição ela traduzirá seus princípios e valores, que são reproduzidos, assim, nota-se que quando a instituição é bem conceituada ela traz um conjunto de valores democráticos, com uma cultura mais moderna, etc. Desse modo compreende-se que há necessidade muitas vezes de verificar alguns destes elementos que obstaculizam o trabalho do assistente social, pois algumas ideologias e contradições que estão inseridas nas instituições colaboram para que o profissional não consiga materializar o seu trabalho. Assim, quando desocultado ou desvelado essas contradições através do capital intelectual cria-se a possibilidade de alterar aquela realidade organizacional e concretizar as transformações almejadas e projetadas construindo as RPS resposta profissional sustentável.

Entender o espaço socioocupacional e como é seu funcionamento, analisando a conjuntura da instituição criam-se desafios, abrem-se leques de possibilidades, desvela limites, proporcionando uma ação mais qualificada e objetiva. Dessa forma, ressalta-se ainda, que toda a instituição é um espaço relacional, um espaço de conjunto de forças sociais e necessita-se que desvele as relações de forças para oportunizar a modificação e a transformação deste espaço ocupacional. O S.O.S. é uma associação que se tem mostrado com ideologias conservadoras, o que chama a atenção, uma vez que se entende que são utilizados

no dia-a-dia práticas antigas, e nesse sentido busca-se a construção de um planejamento estratégico inovador para a execução dos serviços de convivência e vínculos, que possibilite ações direcionadas para crianças e adolescentes, buscando uma maior participação da família e da comunidade ampliando os vínculos entre a organização e a comunidade, criando assim formas para ampliar a captação de recursos financeiros possibilitando um impacto na sustentabilidade financeira e reordenando o trabalho executado com a família e comunidade, motivando-os, assim, abrindo um canal para fortalecer sentimentos de pertencimento.

Para elucidar a discussão do planejamento estratégico elenca-se alguns de seus trabalhos que são realizados atualmente, e de acordo com observações feitas no momento do estágio, e que percebe-se que são ações que requerem mudanças, uma vez que não se consegue mensurar a qualidade e os benefícios destes, estão entre eles:

- a participação muito reduzida das famílias dos sujeitos atendidos;
- pouca divulgação do trabalho que é realizado pela equipe de profissionais; pois com uma maior divulgação pode-se conseguir uma captação de recursos financeiros para poder conquistar um impacto na sustentabilidade financeira;
- a estrutura ou unidade do S.O.S é pouco utilizado pelas famílias usuárias;
- o clima organizacional da equipe apresentando-se fragilizado.
- tempo cronológico, o administrativo com uma parte muito burocrática, o que reduz as condições de trabalho e provoca um trabalho feito no imediatismo; entre outros.

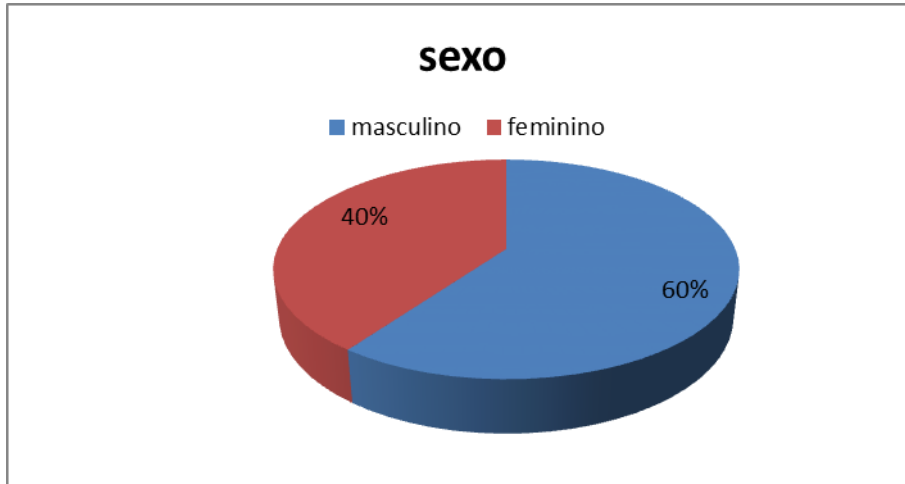
Neste cenário busca-se estabelecer um planejamento estratégico para que seja realizado mudanças pertinentes para a ampliação da participação da comunidade nas ações desenvolvidas pela Associação abrindo um canal para o fortalecimento de pertencimento.

2.2 O perfil das Crianças/ Adolescentes do Projeto Espaço Amigo

No S.O.S. é desenvolvido um trabalho com crianças de 06 a 15 anos, uma ação voltada para as crianças/ adolescentes de apoio socioeducativo. Atendem uma média de 100 (cem) crianças/ adolescentes e suas respectivas famílias. O Projeto tem como principal objetivo proporcionar as crianças e aos adolescentes

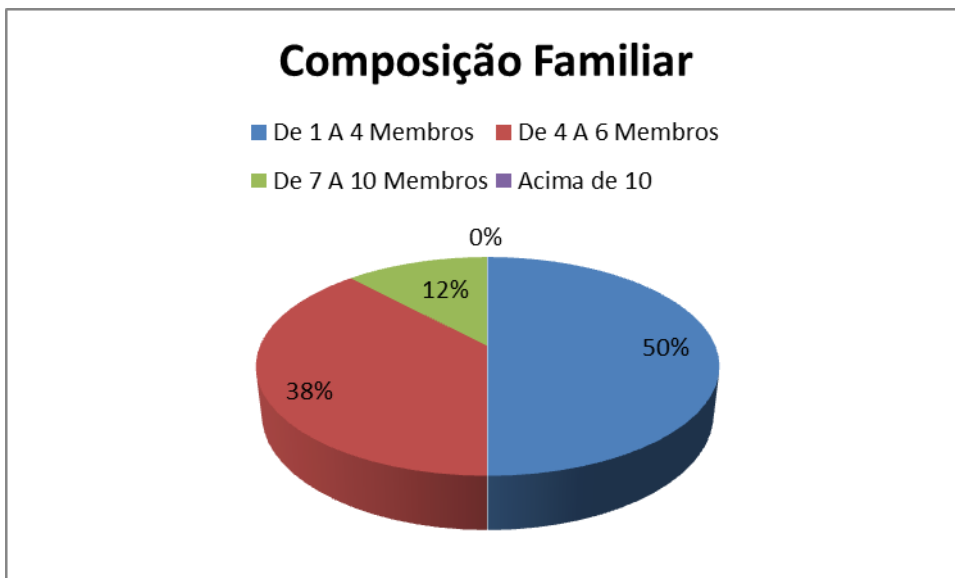
oportunidades de lazer, educação, cultura, atendimento social, visando o desenvolvimento físico, mental e social. Abaixo foram elaborados gráficos para traçar o perfil dos sujeitos atendidos, as crianças.

Gráfico 01 - Sexo



O gráfico nº 01 demonstra que das 100 (cem) crianças atendidas 60 % são do sexo feminino e 40 % do sexo masculino, tendo assim um número maior de meninas no Projeto.

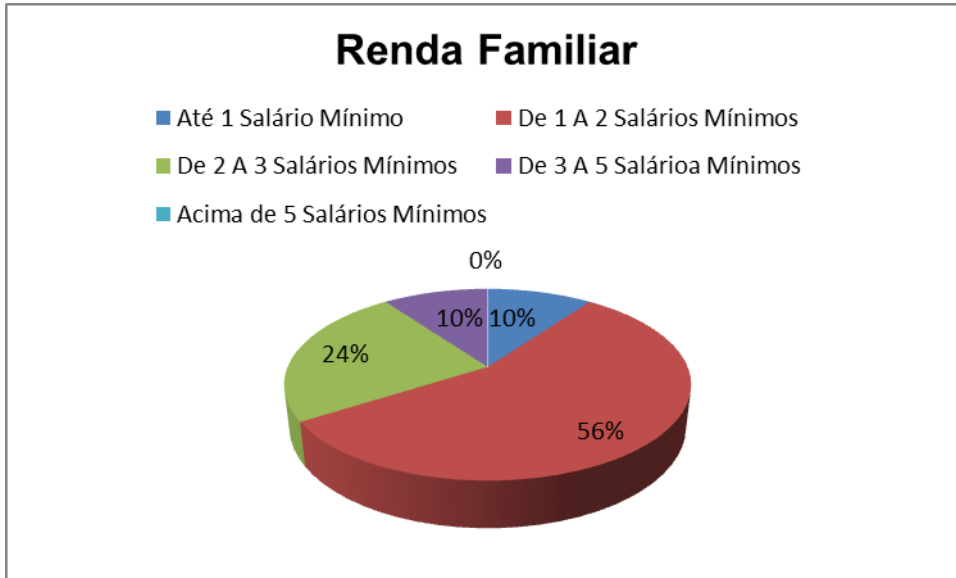
Gráfico 02 – Composição Familiar



É possível obter através deste 02 gráfico qual é a composição familiar das crianças, uma vez que 50 %, ou a metade dessas crianças suas famílias são compostas por até 04 membros, ainda apresenta que 38% são famílias compostas

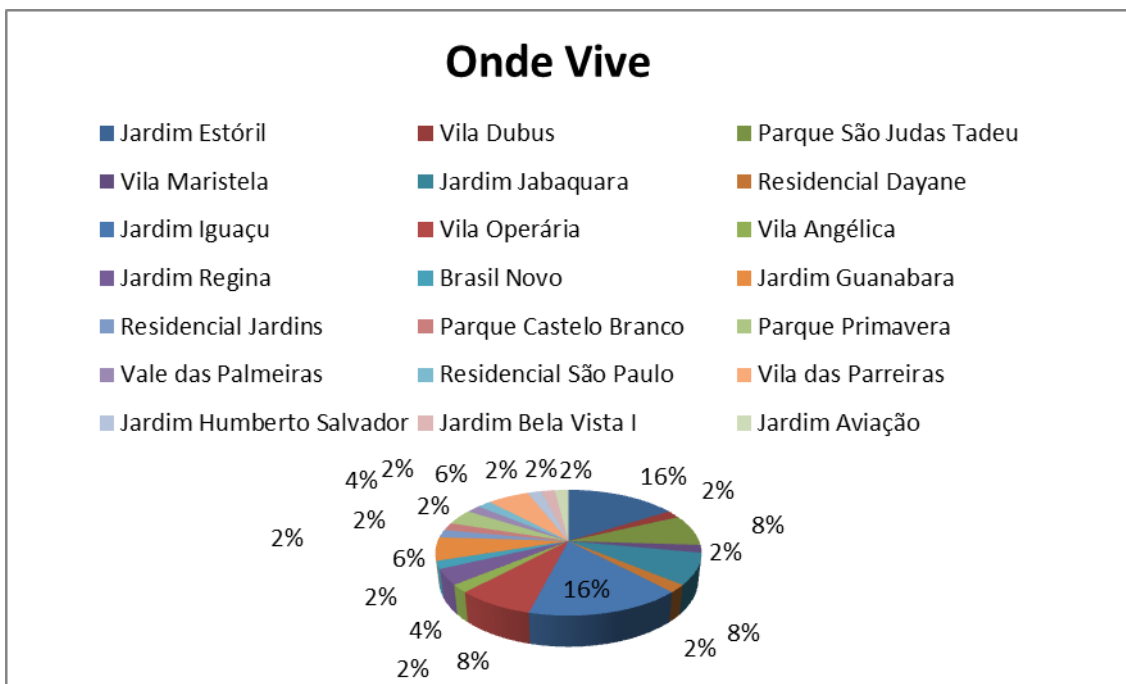
de 04 a 06 membros e 12% tem acima de 10 pessoas fazendo parte do grupo familiar.

Gráfico 03 – Renda Familiar



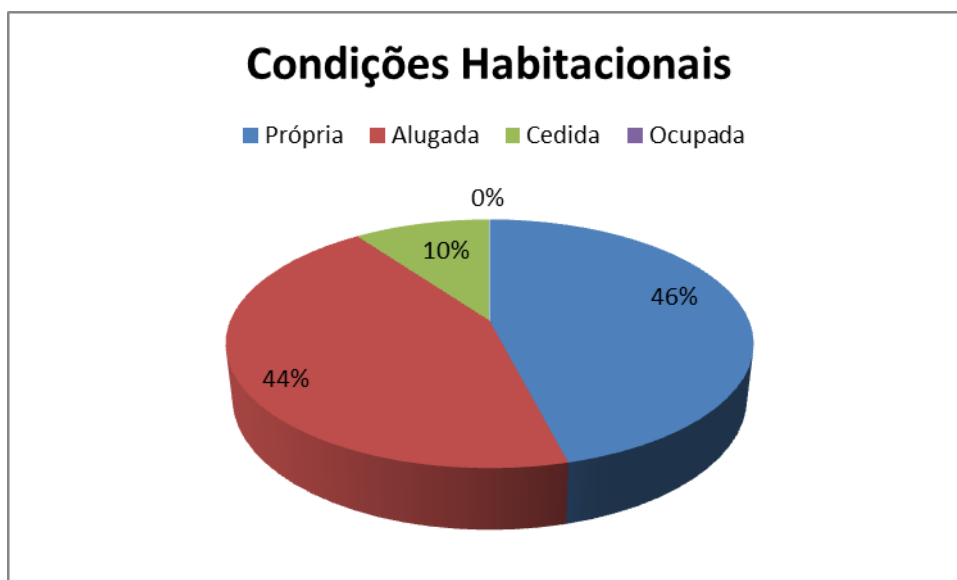
Na categoria renda familiar é pertinente ressaltar o que apresenta o gráfico 03 que nos traz que 56 % das famílias atendidas recebem apenas de 1 a 2 salários mínimos, 24 % de 02 a 03 salários mínimos, 10 % de 03 a 05 salários mínimos e 10 % acima de 05 salários mínimos.

Gráfico 04 - Onde vive as famílias



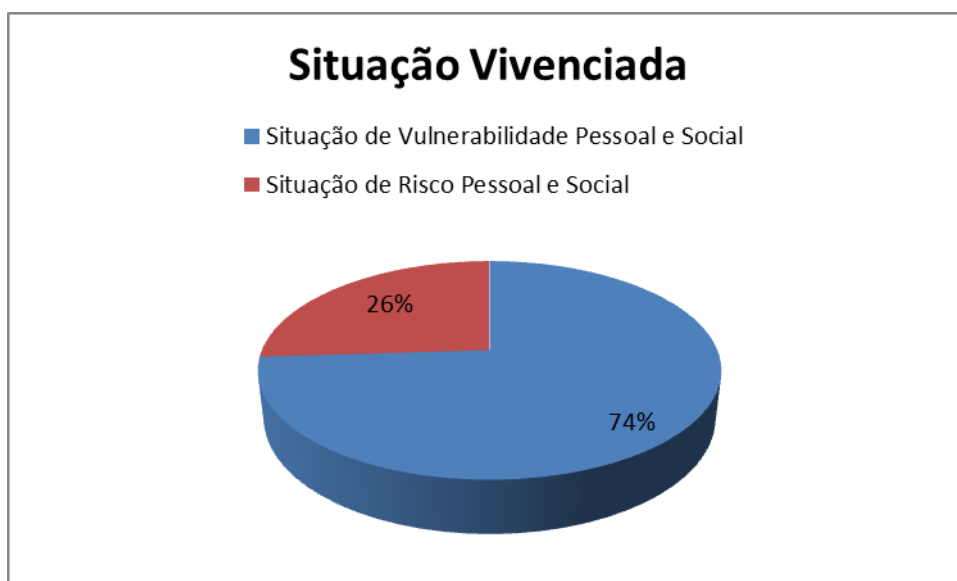
O gráfico supracitado representa onde vive as famílias atendidas, percebe-se que estão espalhadas por vários bairros localizados nas adjacências do S.O.S.

Gráfico 05 – Condições habitacionais



O gráfico de número 05 representa que as famílias atendidas moram: 46% em casas próprias, 44 % em casas alugadas e 10 % em casa cedida.

Gráfico 06 – Situação Vivenciada



E por fim, apresenta-se o gráfico de número 06 que foi possível mensurar a situação vivenciada de vulnerabilidade pessoal e social e risco pessoal e social pelas crianças/adolescentes que são: 74 % vivem em situação de

vulnerabilidade pessoal e social e 26 % vivem em situação de risco pessoal e social, importante advertir que esses gráficos e foram elaborados a partir de dados extraídos de relatórios documentados na Associação.

Entende-se a importância de trazer esses dados para melhor compreensão de qual sujeito estou atendendo, e quais realidades podem ser desveladas para possíveis ações que trarão respostas profissionais. E ainda, para que seja possível o entendimento e a compreensão do objeto de estudo, verifica-se a importância de explanar sobre qual é a participação destes sujeitos nas ações que são executadas pelo profissional, e diante deste cenário elaborar um projeto de intervenção, no qual será construído uma forma de ampliação da participação dos sujeitos, possibilitando um trabalho de transformação entre os sujeitos e também na comunidade, visando que o equipamento Associação S.O.S. é um meio facilitador para atingir um impacto na sociedade de Presidente Prudente.

2.3 A Tipificação (Parcial – Campo de Estágio) X Reordenamento

TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.
<p>Nome Do Serviço: Serviço De Proteção E Atendimento Integral À Família - Paif. Descrição: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.</p>
<p>A articulação dos serviços socioassistenciais do território com o PAIF garante o desenvolvimento do trabalho social com as famílias dos usuários desses serviços. O trabalho social com famílias, assim, apreende as origens, significados atribuídos e as possibilidades de enfrentamento das situações de vulnerabilidade vivenciadas por toda a família, contribuindo para sua proteção de forma integral, materializando a matricialidade sociofamiliar no âmbito do SUAS.</p>
<p>Usuários: Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de</p>

pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS, em especial: - Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais; - Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas; - Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; - Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

Objetivos:

- Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;
- Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;
- Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;
- Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;
- Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;
- Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

Nome Do Serviço: Serviço De Convivência E Fortalecimento De Vínculos.

Descrição Geral: Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

Descrição Específica Do Serviço Para Crianças E Adolescentes De 6 A 15 Anos:

Tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social.

Objetivos Específicos Para Crianças E Adolescentes De 6 A 15 Anos:

- Complementar as ações da família e comunidade na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais;
- Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo;
- Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo;
- Contribuir para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

O que é o Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?

“ Por Reordenamento entende-se a unificação das regras para a oferta qualificada do SCFV, que visa equalizar/uniformizar a oferta, unificar a lógica de cofinanciamento federal, possibilitar o planejamento da oferta de acordo com a demanda local, garantir serviços continuados, potencializar a inclusão dos usuários identificados nas situações prioritárias e facilitar a execução do SCFV, otimizando os recursos humanos, materiais e financeiros. (TIPIFICAÇÃO/REORDENAMENTO).

Na proteção social básica, de acordo com o novo reordenamento da Tipificação além da oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF), é ofertado também o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), com a finalidade de contribuir para integralizar o trabalho social com as famílias, assim ampliando a prevenção de ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social. É um trabalho realizado em grupos, tem como metodologia a organização de caminhos, percursos de maneira a conquistar aquisições progressivas aos sujeitos atendidos segundo seu ciclo de vida.

Objetivo:

Assegurar espaços de convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade;

Valorizar a cultura de famílias e comunidades locais pelo resgate de suas culturas e a promoção de vivências lúdicas;

Desenvolver o sentimento de pertença e de identidade;

Promover a socialização e convivência

Como desenvolver:

Da criação de espaços de reflexão sobre o papel das famílias na proteção de seus membros;

Do estímulo e orientação dos usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território;

Da organização por percursos, conforme as especificidades dos ciclos de vida;

Das trocas culturais e de vivências;

Do incentivo a participação comunitária, a apropriação dos espaços públicos e o protagonismo no território.

FONTE: REORDENAMENTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

O que muda com o reordenamento?

[...] modifica a lógica de oferta e de cofinanciamento repassado pelo governo federal para o trabalho com crianças, adolescentes e pessoas idosas, antes repassados por meios de três pisos. O reordenamento proporcionará a unificação dos recursos dos pisos que cofinanciam o Projovem Adolescente, PETI e criança/idoso em um único piso, denominado Piso Básico Variável. Entretanto, o SCFV ofertado para as faixas etárias até 6 anos, 6 a 15 anos, 15 a 17 anos e pessoas idosas continua a ser ofertado e os municípios e DF poderão ainda planejar e executar o serviço, de acordo com a realidade local e demanda de usuários, sendo possível a flexibilização na formação dos grupos. (TIPIFICAÇÃO/REORDENAMENTO)

Evidencia-se, que o reordenamento é caracterizado como um pacto com as instâncias gestores da Assistência Social dos Municípios, Estados e União e deliberado pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. As regras da SCFV foram elaboradas para contribuir e favorecerem a gestão Municipal e do Distrito Federal, uma vez que promove maior flexibilidade na execução dos recursos e organização do trabalho e formação dos grupos, identificando dentre os usuários aqueles que se encontram nas situações que devem ser abarcados em sua oferta. Trata-se de uma ação interligada à realidade do território de atuação, considerando as redes socioassistenciais e intersetoriais. Desse modo, o reordenamento menciona novos parâmetros para o cofinanciamento e oferta de serviço.

Assim, diante destas mudanças, e diante do tema elencado aponta-se para um quadro que traz as novas regras do reordenamento da tipificação.

<p>Inserir com preferência o público prioritário definido na Resolução CIT nº 01/2013, sem excluir do SCFV os usuários que já participam dos grupos, mesmo que esses não apresentem perfil definido como prioritário. É importante lembrar que o SCFV é aberto para todos que dele necessitem.</p>
<p>1º Passo: Dar ciência ao Conselho de Assistência Social Antes de iniciar o aceite, o município e o DF devem dar ciência ao Conselho Municipal de Assistência Social sobre o reordenamento do SCFV. Para que o aceite seja válido será necessário que o gestor informe no Termo de Aceite a data da reunião em que o reordenamento foi apresentado ao Conselho, o número da Ata da reunião e da Resolução do Conselho.</p>
<p>2º Passo: Manifestar o aceite formal ao cofinanciamento federal para o SCFV por meio do “Termo de Aceite e Compromisso”.</p>
<p>3º Passo: Observar a Capacidade de Atendimento Planejar a oferta do SCFV de acordo com a capacidade de atendimento do município e Distrito Federal, observando as informações disponibilizadas pelo MDS no Termo de Aceite e Compromisso.</p>

4º Passo: Observar a meta de atendimento do público prioritário. Meta de atendimento é a quantidade mínima de usuários nas situações prioritárias definidas na Resolução CIT nº 01/2013 que deverão ser incluídos no SCFV. Representa 50% da capacidade de atendimento aceita.

5º Passo: Garantir a oferta do SCFV para os usuários identificados nas situações prioritárias. É importante lembrar que o SCFV é aberto para todos que dele necessitem. Mas afinal, quais são as situações prioritárias do SCFV?

- Em situação de isolamento;
- Trabalho infantil;
- Vivência de violência e, ou negligência;
- Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 anos;
- Em situação de acolhimento;
- Em cumprimento de MSE em meio aberto;
- Egressos de medidas socioeducativas;
- Situação de abuso e/ou exploração sexual;
- Com medidas de proteção do ECA;
- Crianças e adolescentes em situação de rua;
- Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência;

6º Passo: Promover a divulgação da oferta do SCFV. Divulgar amplamente a oferta do SCFV para cada faixa etária, visando mobilizar a população, publicizar os critérios de acesso e dar transparência ao processo de preenchimento das vagas.

7º Passo: Organizar o espaço físico para a oferta do Serviço. Estruturar espaço físico adequado para a realização das atividades de convivência e fortalecimento de vínculos, com condições de iluminação, arejamento e limpeza adequados.

8º Passo: Planejamento da oferta do Serviço. O município e o DF tem flexibilidade e autonomia na organização da oferta do SCFV de acordo com as características locais de vulnerabilidade e risco e as situações prioritárias nele identificadas.



Figura 01: Exemplos de composição dos grupos do SCFV

9º Passo: Organizar o funcionamento dos grupos SCFV. É necessário organizar o horário/duração de funcionamento do serviço ofertado aos grupos, ou seja, quando, em que horário o serviço estará disponível para a participação dos usuários, qual a

periodicidade dos encontros e de realização das atividades. A organização do funcionamento do serviço pode variar de acordo com a faixa etária e a necessidade de participação dos usuários. Para alguns usuários, talvez seja preciso uma participação mais intensa, com encontros todos os dias, para outros, a participação pode se dar algumas vezes por semana.

Turno	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã 08:30h a 11:30h	Grupo A Criança 6 a 9 anos	Grupo E Adolescentes	Grupo A Crianças 6 a 9 anos	Grupo E Adolescentes	Grupo A Crianças 6 a 9 anos
	Grupo B Criança 10 a 12 anos	Grupo F Adolescentes	Grupo B Crianças 10 a 12 anos	Grupo F Adolescentes	Grupo B Crianças 10 a 12 anos
Tarde 14:30h A 15:30h	Grupo C Criança 6 a 9 anos	Grupo G Adolescentes	Grupo C Criança 6 a 9 anos	Grupo G Adolescentes	Grupo C Crianças 6 a 9 anos
	Grupo D Criança 10 a 12 anos	Grupo H Adolescentes	Grupo D Criança 10 a 12 anos	Grupo H Adolescentes	Grupo D Crianças 10 a 12 anos

10º Passo: Os recursos humanos dos serviços socioassistenciais, inclusive do SCFV são regulados pela NOB-RH/SUAS. A equipe técnica de referência do SCFV é composta pelos seguintes profissionais: **Técnico de Referência** – profissional de nível superior que integra a equipe do CRAS para ser referência aos grupos do SCFV. Atua no planejamento do SCFV junto com o orientador social, atividades envolvendo as famílias dos usuários, a realização de reuniões periódicas com o orientador social responsável pela execução do SCFV e acompanhamento das famílias dos usuários, quando necessário;

Orientador Social – função exercida por profissional de, no mínimo, nível médio, com atuação constante junto ao (s) Grupo (s) e responsável pela execução do SCFV e pela criação de um ambiente de convivência participativo e democrático;

Facilitadores de Oficinas – função exercida por profissional com formação mínima de nível médio, responsável pela realização de oficinas de convívio por meio do esporte, lazer, arte e cultura e outras.

11º Passo: Garantir articulação do SCFV na rede socioassistencial do SUAS. Garantir a articulação da Proteção Social Básica com a Proteção Social Especial; Promover a articulação do SCFV com o PAIF, possibilitando o acompanhamento familiar, quando necessário, de modo a garantir a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social. Garantir a articulação do SCFV com os demais serviços, programas ou projetos de outras políticas públicas, possibilitando a realização de parcerias na oferta de atividades aos usuários do serviço de convivência, além de projetos locais existentes no território.

12º Passo: Garantir o acompanhamento e o monitoramento. Recepcionar equipes do Estado e, ou do MDS, em visitas técnicas “in loco”, prestando-lhes as informações necessárias; realizar a supervisão sistemática, acompanhamento e apoio técnico à rede socioassistencial que oferta o SCFV, de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados.

13º Passo: Registro dos usuários no SISC. O preenchimento do SISC é de responsabilidade do (a) gestor (a) municipal de assistência social e consiste no registro dos usuários que participam do SCFV no SISC utilizando o Número de Identificação Social (NIS) do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

FONTE: REORDENAMENTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

E ainda, de acordo com o reordenamento todos os usuários que utilizam o serviço devem ser registrados no sistema, mesmo aqueles que não se encontram entre as situações prioritárias. Desse modo, percebe-se uma mudança organizacional no trabalho de SCFV.

3 A MOBILIZAÇÃO COMO RESPOSTA PROFISSIONAL

O S.O.S. é uma associação que está vinculada única e exclusivamente na política de Assistência Social. Executa um trabalho com dimensão ampla que possui necessidade de articulação com outras políticas sociais, principalmente com: Educação, Saúde, Cultura e Esporte. Do Estatuto cabe apontar que a Associação tem como objetivo:

- I - Promover o bem-estar da criança e do adolescente e respectiva família, prestando-lhes assistência econômica, social, moral, educacional e recreativa;
- II - Assegurar aos assistidos todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade;
- III - Assegurar aos assistidos, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;
- IV - Promover a reintegração dos assistidos na comunidade;
- V - Apoiar e prestigiar as demais associações similares;
- VI - Estimular e realizar estudos, visando à solução dos problemas de ordem social. (ESTATUTO SOCIAL, ART. 2º)

Para que seja desenvolvido um trabalho no S.O.S. que atenda a população busca-se o que está posto no aspecto da segurança do desenvolvimento da autonomia do indivíduo e de sua família e de toda a comunidade.

Assim, baseando-se no que está posto No Reordenamento, para que seja executado um trabalho onde exista a participação da família dos sujeitos atendidos e de toda a comunidade é necessária uma ação, que oportunize o conhecimento deste fato, ou seja, é imprescindível a criação de um meio capaz de levar o conhecimento do trabalho que é feito na Associação, a divulgação. Desse modo, o trabalho vem ressaltar a divulgação como uma ação pertinente para o

trabalho do profissional assistente social. E como pode ser a divulgação? A ação planejada teleologicamente pelo assistente social deverá ser através de:

- divulgação pelo rádio, do trabalho que é executado na associação.
- divulgação através da equipe de marketing do Centro Educacional Toledo, que pode ir até o local e construir um trabalho de divulgação para toda a comunidade, ressaltando o impacto social que a associação traz para a sociedade prudentina.
- promover abordagens aproximativas com as famílias
- promover reuniões com as famílias ampliando o conhecimento sobre as ações que são executadas no S.O.S.
- panfletos, cartazes, e outros.

A busca da transformação em qualquer realidade que deparamos, é fundamental, e, entender a possibilidade que transforma, neste caso, uma das possibilidades de ações pode ser feita de forma coletivas, articuladas, com necessidade de mobilização, ou seja, ações de caráter mobilizadoras que trarão resultados positivos.

Nesta direção, “ o primeiro passo para superar a pobreza em uma cidade, região ou sociedade é criar e fortalecer as organizações. Um dos indicadores de pobreza mais graves é não estar organizado. “ (TORO, 2005, p. 22). Uma sociedade pode intensificar o seu nível de solidez diante da sua capacidade de ter maior número de organizações, e que estas produzam transações políticas, econômicas, sociais, entre outras.

Ainda de acordo com Toro (2005, p. 23) o tecido social se forma conforme descreve-se abaixo:

Em um determinado bairro, cidade, três pessoas, pessoa A, pessoa B e pessoa C.

A pessoa A pertence a quatro organizações, B, a uma, e C, a nenhuma. Se alguém pretende violar o direito de A, sua reação (o ato de reclamar ou proteger o seu direito) faz vibrar ou mobilizar mais pessoas por meio das organizações a que pertence; estando, assim, mais protegido em seus direitos. B tem menos possibilidades e C se encontraria pedindo ajuda a pessoa por pessoa. Por isso, não estar organizado representa uma pobreza.

Toro (2005) em seu discurso, ainda, aponta o 3 Art. Da Constituição Brasileira.

I – Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

- II- Garantir o desenvolvimento nacional;
- III – Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Dessa forma, a contribuição para o movimento de construção do público é a partir da sociedade civil, assim teremos uma consolidação de um novo contrato social extenso e amplo. O autor com suas ideias exemplifica os conceitos de participação, democracia, solidariedade e outros que são considerados pilares para a construção do fortalecimento da prática social. Nesta direção, o autor ressalta que para a execução desta construção é necessário que se exige o compromisso com uma nova atitude de responsabilidade, e nesse sentido pensar no agir coletivo, uma ação que requer o desenvolvimento da capacidade de pensar e agir coletivamente, e respeitar as diferenças de cada indivíduo. A construção do pensamento de Toro é elaborada através de um processo de construção de uma sociedade livre, solidária e justa.

“A medida que edificamos uma ordem ética de convivência democrática, superamos a violência, fortalecemos a integridade do território” (TORO, 2005, p. 19). Dessa forma, cabe apontar que a ética está intrinsecamente conectada com o querer produzir bens e serviços que favoreçam a dignidade humana de todos, assim, de acordo com (Toro, 2005 pg. 19) “poderemos superar a pobreza e nos inserir adequadamente nos mercados globais”, entretanto, cabe salientar que a proposta é um projeto no qual o plano estratégico é ético de cidadania e produtividade que oriente todas as outras ações.

“A ética é definida aqui como a arte de eleger o que convém à vida digna de todos. E entende-se por vida digna tornar possíveis e cotidianos todos os direitos humanos. “ (IDEM, p. 19).

A busca constante pela ordem social nos possibilita a liberdade, o que nos torna um cidadão de verdade é talvez a capacidade de colaborar para modificar a ordem social, uma vez que esta ordem nos incomoda. Desse modo, cabe salientar que essa ordem somente é possível de ser construída em cooperação, é uma construção coletiva. Para agir de modo coletivo há necessidade de criar uma organização, assim, ressalta-se que é por meio das organizações que os indivíduos se transformam em atores sociais. (TORO, 2005).

Cabe ao profissional estimular a participação dos usuários nos espaços de convivência, pois o profissional aprende muito ouvindo os usuários, ele não faz as mudanças, ele cria meios que possibilitam a transformação do sujeito, para que estes tenham uma vida e sejam atores de suas próprias histórias e construir novas histórias, adquirir autonomia, empoderamento, etc.

A mobilização é uma forma de resposta. Existem várias formas de mobilização social, porém a ação do profissional assistente social que tem como perspectiva a participação dos usuários, deverá ser estratégica, uma abordagem coletiva que pode ser estruturado conforme a organização do seu trabalho, quando precisar dar uma resposta profissional de médio ou longo prazo, pois para a construção desta resposta há uma complexidade. Aponta-se que a mobilização, ou o tipo de abordagem está vinculada diretamente ao meio que vou usar. A mobilização pode ser caracterizada como um processo de construção que ao médio ou longo prazo vai criando uma consciência no sujeito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para apresentar as considerações contidas neste artigo, buscou-se conhecer melhor o trabalho desenvolvido na Associação Serviço de Obras Sociais – S.O.S., e especificamente entender e refletir sobre a ação direcionada as famílias que visam ao fortalecimento de vínculos. Observa-se que há uma necessidade de mudança, de romper com práticas que são desenvolvidas na Associação, mas que é necessário um planejamento estratégico inovador na busca da construção de um novo cenário priorizando a ampliação da participação social da comunidade.

Desse modo, fundamenta-se dentro do que traz o Reordenamento quando aponta sobre promover a divulgação da oferta do SCFV e divulgar amplamente a oferta dos serviços, visando mobilizar a população, publicizar os critérios de acesso, nesta direção traz-se como proposta uma ação baseada na mobilização da comunidade, com a intencionalidade de fortalecer a cidadania e o reconhecimento de pertencimento, e como aponta Toro, promover o bem de todos, sem preconceitos e sem discriminação.

Por fim, constata-se que a mobilização é uma proposta de intervenção, um grande desafio para o profissional na busca da resposta profissional sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – **Texto da Resolução n 109, de 11 de Novembro de 2009** - Brasília, DF, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p.126.

_____ ; CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da Administração, 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. (pág. 525 a 592)

ESTATUTO da criança e do adolescente: lei 8.069, de 13 de julho de 1990, atualizado com a Lei Nacional de Adoção (lei 12.010, de 03.08.2009). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

ESTATUTO do Serviços de Obras Sociais. - Presidente Prudente – SP.

Introdução à teoria geral da Administração. 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983, p.119.

Textos extraídos do material de estudo, textos didáticos utilizado em sala de aula, conteúdo trabalhado na disciplina de Processo de Trabalho no Serviço Social, com a professora Valderes Maria Romera.

REORDENAMENTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - < <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/Passo%20a%20Passo%20-%20Reordenamento%20SCFV.pdf/view>> Acesso em

TORO, Jose Bernardo. **A construção do público: cidadania, democracia e participação**. Rio de Janeiro: SENAC, 2005. 111 p. (Desafios de hoje ; 2) ISBN 85-87864-71-8

TORO A., Jose Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização social: um mundo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 104 p. ISBN 978-85-7526-124-8